

HABEAS CORPUS Nº 249.887 - SP (2012/0157558-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : LUANA PEREIRA DO AMARAL - DEFENSORA PÚBLICA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GEOVAN VICENTE DA SILVA COELHO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de GEOVAN VICENTE DA SILVA COELHO apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 0280394-64.2010.8.26.0000).

Na hipótese, o paciente foi condenado, pela prática do delito de porte de arma de uso restrito (art. 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei n. 10.826/2003), à pena de 4 anos de reclusão, em regime semiaberto, mais pagamento de 13 dias-multa.

Busca, no presente *writ*, o reconhecimento da não recepção do inciso I do art. 61, c/c o art. 63, ambos do CP, ou a diminuição da fração aplicada à guisa de reincidência.

A liminar foi indeferida (e-STJ fl. 40).

Informações prestadas.

O Ministério Público Federal, às e-STJ fls. 66/70, manifestou-se pela denegação da ordem.

É o relatório.

O *habeas corpus* está prejudicado.

Com efeito, as informações prestadas pelo Juízo de piso dão conta de que o acórdão transitou em julgado para o Ministério Público em 11/6/2012, e para a defesa em 27/8/2012, tendo sido expedido mandado de prisão em desfavor do réu em 19/7/2012, com a consequente expedição da guia de recolhimento (19/9/2012) – e-STJ fl. 126.

Ademais, em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de origem (Controle n. 769/09), verifica-se que não existe processo de execução ativo em desfavor

Superior Tribunal de Justiça

do paciente.

Assim, é forçoso reconhecer a perda superveniente de objeto do presente *writ*, tendo em vista que se deduz das informações prestadas o integral cumprimento da pena pelo ora paciente no processo a que fazem referência estes autos, incidindo à hipótese o disposto na Súmula n. 695/STF, segundo a qual "*não cabe habeas corpus quando já extinta a pena privativa de liberdade*".

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator